

CENTRAL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

CENTRAL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanço patrimonial

QUADRO 2 – Demonstração do resultado

QUADRO 3 – Demonstração do resultado abrangente

QUADRO 4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

QUADRO 5 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
RELATÓRIO MG – 2020/085**

Aos
Quotistas e Administradores da
Central Comercializadora de Energia Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Central Comercializadora de Energia Ltda.** (“**Sociedade**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Central Comercializadora de Energia Ltda.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2020.



Gilberto Galinkin

Contador CRC MG - 035.718/O-8

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes

CRC MG - 005.455/O-1

QUADRO 1**CENTRAL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em R\$ mil)**

ATIVO	Notas Explicativas	31/12/2019
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.675
Clientes	5	5.740
Outros Recebíveis		9
		10.424
NÃO CIRCULANTE		
Partes relacionadas	6	90
Outros recebíveis		20
Imobilizado	7	223
		333
TOTAL DO ATIVO		10.757

QUADRO 1 (Página 2)

CENTRAL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em R\$ mil)

PASSIVO	Notas Explicativas	31/12/2019
CIRCULANTE		
Fornecedores	8	5.518
Obrigações tributárias		16
Outras exigibilidades		1
		5.535
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	9	5.422
Prejuízo do exercício		(200)
		5.222
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.757

QUADRO 2**CENTRAL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em R\$ mil)**

	Notas	
	Explicativas	31/12/2019
Receita líquida	10	15.540
Custo da energia comprada	11	(15.264)
RESULTADO BRUTO		276
Despesas gerais e administrativas	12	(490)
Despesas comerciais		(41)
Despesas tributária		(15)
Outras despesas e receitas operacionais		(26)
RESULTADO OPERACIONAL		(296)
Receitas financeiras		100
Despesas financeiras		(4)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	13	96
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(200)
Imposto de renda e contribuição social		-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(200)

QUADRO 3

**CENTRAL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em R\$ mil)**

	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	(200)
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente	<u><u>(200)</u></u>

QUADRO 4**CENTRAL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em R\$ mil)**

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2019	-	-	-
Integralização de capital	5.422		5.422
Prejuízo do exercício	-	(200)	(200)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	5.422	(200)	5.222

QUADRO 5**CENTRAL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em R\$ mil)**

	<u>31/12/2019</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Resultado líquido do exercício	(200)
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	
Depreciação e amortização	9
	<u>(191)</u>
VARIAÇÕES NOS ATIVOS OPERACIONAIS	
Aumento (redução) no contas a receber	(5.740)
Redução (aumento) em outros recebíveis	(29)
VARIAÇÕES NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	
Aumento (redução) em fornecedores	5.518
Aumento (redução) em obrigações tributárias	16
Aumento (redução) em outras exigibilidades	1
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(425)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTC	
Aquisição de imobilizado	(232)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(232)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTC	
Empréstimos a partes relacionadas	(90)
Integralização de capital	5.422
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>5.332</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS	<u><u>4.675</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.675
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS	<u><u>4.675</u></u>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em R\$ mil)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade Empresária Central Comercializadora de Energia Ltda. (“Central” ou “Sociedade”) com sede no município de São Paulo – SP, tem como objeto social o comércio atacadista de energia elétrica: representação, intermediação, compra, venda, importação e exportação, outorgado pela ANEEL no despacho número 2.494, de 25 de outubro de 2018, organizada e regida nos termos do contrato social e das demais disposições aplicáveis, e prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional para gestão de energia a geração, transmissão, distribuição e comércio atacadista de energia elétrica, ou energia de qualquer outra fonte.

A Sociedade foi constituída em junho de 2018, entretanto, as atividades operacionais da empresa (compra e venda de energia) tiveram início em outubro de 2019.

A Administração considera que a Sociedade possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujos procedimentos e princípios se constituem nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Sociedade em 15 de abril de 2020.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração exerça julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas contábeis com base nessas premissas, periodicamente.

b) Reconhecimento das Receitas e Despesas

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas de venda de energia são registradas com base na energia entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e bancos

Compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista com risco muito baixo de mudança de valor. Os itens de caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo posteriormente avaliados pelo custo amortizado com base na taxa de juros efetiva da operação.

Aplicações financeiras

São representadas por ativos financeiros mantidos em bancos de primeira linha. Esses ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis e os resultados financeiros auferidos são alocados diretamente no resultado.

d) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os gastos devidamente segregados, ocorridos pela sociedade para a constituição de um novo ativo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

e) Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo

Estão apresentados pelo seu valor líquido de realização.

f) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelo valor justo. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, as contas a pagar são classificadas no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

g) Passivo circulante e não circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

h) Imposto de renda e contribuição social

São provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, adotando, para o exercício de 2019, a sistemática do Lucro Real.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	125
Aplicações financeiras	4.550
	<u><u>4.675</u></u>

5. CLIENTES

Correspondem a direitos decorrentes da revenda de energia conforme condições estabelecidas em contrato de compra firmado pela Sociedade e seus clientes.

6. PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2019</u>
Contratos de mútuos	90
	<u><u>90</u></u>

As operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Sociedade e seus sócios.

7. IMOBILIZADO

Ativos	Custo em 01/01/2019	Aquisições em 2019	Depreciação em 2019	Valor Líquido em 31/12/2019
Moveis e Utensílios	-	71	(3)	68
Equipamentos eletrônicos	-	50	(5)	45
Benfeitoria em imóveis de terceiros	-	111	(1)	110
	<u>-</u>	<u>232</u>	<u>(9)</u>	<u>223</u>

8. FORNECEDORES

Correspondem a obrigações decorrentes da compra de energia conforme condições estabelecidas em contrato de compra firmado pela Sociedade e seus fornecedores.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1 Capital Social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$5.421.500 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e um e quinhentos reais), divididos em 5.421.500 cotas, no valor nominal de R\$1,00 (Um real) cada uma, distribuída entre sócios da seguinte forma:

	<u>Quotas</u>	<u>Valor (R\$)</u>	<u>Percentual</u>
Centra Energia Participações Ltda.	5.421.498	5.421.498	99,98
João Paulo Rocha Haddad	1	1	0,01
Raphael Eduardo Chagas Gonçalves	1	1	0,01
TOTAL	<u>5.421.500</u>	<u>5.421.500</u>	<u>100%</u>

10. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2019</u>
Receita bruta de comercialização de energia	17.126
Tributos sobre vendas	(1.586)
	<u>15.540</u>

11. CUSTOS DA ENERGIA COMPRADA

Corresponde aos valores da energia elétrica comprada no mercado livre e revendida aos clientes.

12. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2019</u>
Serviços de terceiros	290
Pesquisa e desenvolvimento	68
Pessoal	49
Aluguéis e arrendamentos	15
Condomínios	14
Depreciação	9
Outros	45
	<u>490</u>

13. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/12/2019</u>
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	97
Outros	3
	<u>100</u>
Despesas financeiras	
Tarifa bancária	(3)
Outros	(1)
	<u>(4)</u>
	<u>96</u>

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1 IDENTIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

14.2 GERENCIAMENTO DE RISCO

Assim como em outros mercados de commodities, o risco é inerente à natureza do negócio de comercialização de energia. Em um mercado em que há elevada alavancagem, interferência governamental e “pouca” regulamentação, pois os contratos são registrados apenas “ex-post”, existem outros riscos, além daqueles de exposição de compra e venda, que são importantes de serem considerados:

a) Risco de crédito

Os riscos de crédito no mercado de energia brasileiro estão basicamente associados ao risco de default das contrapartes. Ou seja, como não há uma entidade garantidora das operações, existe a possibilidade de um agente não conseguir honrar seus contratos bilaterais expondo, por conseguinte, as outras contrapartes

Em função das consequências e da dificuldade de controle do “modus operandi” de outros agentes, esse risco deve ser tratado tal como risco de mercado.

b) Risco de mercado

Os riscos de mercado estão basicamente associados as decisões de comercialização de energia, ou seja, as decisões direcionais ou comerciais geram exposições “contra o mercado” (Mark to Market – MTM), as quais devem ser satisfeitas em um segundo momento onde o valor de mercado tende a ser diferente daquele considerado na decisão.

Existem diferentes metodologias para monitorar as reais exposições do livro, porém, a mais comum é o “Value at Risk – VaR”. A ideia é simples: Considera-se que as flutuações dos preços futuro dos produtos remetem ao comportamento histórico do mercado.

Essa relação, contudo, pode ser falha em um mercado onde o histórico é curto e existem outras variáveis que impactam.

Portanto, tendo em vista o arcabouço metodológico de problemas de portfólio a Administração entende como adequado ao setor de energia usar combinações de metodologias na quantificação do risco da carteira: por exemplo um mix de “stress test” e dados históricos (VaR). Essas juntas, tendem a capturar de forma mais fidedigna as flutuações de curto prazo do mercado. Dito de outra forma, obter os limites de PLD no mês seguinte para uma distribuição de probabilidade considerando a condição de contorno e, na sequência, correlacioná-la ao histórico de comportamento dos preços de mercado.

c) Risco regulatório

Os riscos regulatórios estão basicamente associados as mudanças que possam promover alterações ao processo de formação de preço, assim como “status quo” das regras de mercado.

No passado recente, esse era um risco mais complexo de ser monitorado, mas recentes ações do governo vieram no sentido de reduzir assimetria de informações e prover solidez aos processos no setor de energia. Em síntese, o Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE) publicou um documento com “governanças” dos modelos computacionais. Nele estão definidas as competências e diretrizes para alteração de dados de entrada, dos parâmetros e da metodologia da cadeia de modelos computacionais usada no despacho no sistema e no processo de formação de preço (CNPE 07, 14 de dezembro de 2016).

De toda sorte, ainda se trata de um risco de importante monitoria, mas pode ser incorporado ao risco de mercado (pênalti adicional – metodologia usada pela Sociedade).

15 EVENTOS SUBSEQUENTES - COVID-19

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto de doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS, onde eventuais efeitos produzidos pelas ações governamentais para conter sua disseminação poderá impactar negativamente os negócios da Companhia e, conseqüentemente, suas demonstrações financeiras.

Nesse sentido, a Companhia esclarece que, em consonância com o disposto na NBC TG 1000, seção 32 – Eventos Subsequentes e, diante das atuais informações e dados sobre essa pandemia e os potenciais impactos na atividade econômica global, não há como aferir nesse momento quais efeitos relevantes podem impactar suas demonstrações financeiras, a continuidade dos seus negócios e/ou as estimativas contábeis mais significativas. Entretanto, a Companhia segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema para que decisões tempestivas possam ser tomadas para minimizar seus reflexos.

Administração:

João Paulo Rocha Haddad – Diretor
CPF: 031.694.335-55

Raphael Eduardo Chagas Gonçalves-
Diretor
CPF: 875.988.763-04

Responsável técnico:

Rafael Xavier de Santana
Contador
CRC 1 PR 053638/O-8
CPF: 043.938.169-00